

Repensando as teorias do desenvolvimento na América Latina e na Índia

Marcos Costa Lima¹

Em síntese de Albert Hirschman em seu livro *Auto-Subversão* e extraída do livro de Reginaldo Moraes², o economista alemão nos diz que na década de 50 o Banco Mundial procurava condicionar seus empréstimos ao estabelecimento, pelos países tomadores, de alguma forma de planejamento econômico global.

Em outro e fundamental pequeno livro, onde trata da *grandeza e decadência da economia do desenvolvimento*, Hirschman nos diz que entre as considerações que estruturavam a economia do desenvolvimento e estabeleciam a especificidade dos países subdesenvolvidos no plano da teoria e da política econômica, estavam prioritariamente, aquelas que se referiam ao subemprego rural e à problemática da industrialização tardia³. Impressiona, na leitura encetada por Hirschman, em que pese sua louvável auto-subversão, sobre os demais teóricos do desenvolvimento e, mesmo sobre suas interpretações, a ausência da política no entendimento destes economistas. Tudo se passava como se a disciplina econômica fosse suficiente para dar conta dos “problemas do subdesenvolvimento”. Implicamente, seja um forte viés racionalista/positivista ou estruturalista se revezavam nas explicações.

Nos anos 60, a Aliança para o Progresso “incentivava” que os países latino-americanos deveriam realizar as reformas agrária e fiscal. Acho que quanto à Reforma Agrária, se equivoca o grande economista. Até pelo levante em Cuba e pela ampliação das lutas sociais na região, a exemplo das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil, a política dos EUA foi muito mais de controle dos avanços políticos, o que se pode constatar através dos diálogos entre o então Secretário de estado daquele país, Bob Kennedy, com o presidente Juscelino Kubitschek e o então superintendente da Sudene, Celso Furtado.

Os anos 70 foram os anos de aprofundamento do endividamento externo na região, o que trará suas conseqüências nefastas já no início dos anos 80, quando do *défaul* mexicano e depois do brasileiro entre 1982-83.

¹ Prof. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -UFPE. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento –D&R/CNPq. E-mail:marcosotalima@terra.com.br

² Reginaldo Moraes (2006), *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo:UNESP, p.35

³ Hirschman, Albert (1986), *A Economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, p.56.

Retomando Hirschman, ele continuará dizendo que “nunca os latino-americanos ouviram mais sermões e repreensões do que nos anos 1980, desta vez segundo linhas muito diferentes; tratando das virtudes do livre mercado, da privatização e do investimento privado externo e dos perigos da direção e intervenção governamental, bem como da tributação excessiva, sem falar do planejamento⁴”. Todas estas exigências se faziam, considerando que os capitais internacionais, sobretudo aqueles estado-unidenses, se retiravam da região, obrigando os países latino-americanos a partirem para uma devastadora política de geração de excedentes de exportação para enfrentar os serviços das dívidas que haviam consolidado.

Não é minha intenção aqui aprofundar a origem e os desdobramentos da teoria do desenvolvimento. Remeto o leitor para o excelente trabalho já citado de Reginaldo Moraes⁵, que apresenta toda a evolução, ainda desde os anos 40, e reforçada no pós 45, sobre o entendimento e a complementaridade dos estudos e torno do desenvolvimento e das dificuldades com relação aos países tidos como subdesenvolvidos, principalmente aquelas correntes derivadas da economia neo-clássica, de A.Lewis, Kuznets, Buchanan, Rostow, Kindleberger, Rosestein Rodan ou ainda das agências internacionais como o Banco Mundial e as Nações unidas.

É importante a reflexão que Moraes⁶ estabelece sobre a articulação entre as formulações da Teoria da Economia do Desenvolvimento e a Teoria da Ação Social de Talcott Parsons, onde a questão da Modernidade passa a ser encarada como uma teoria *sine qua non* para a saída do atraso dos subdesenvolvidos e, portanto, para o *take off*, além da psicologia social e sua aplicação ao comportamento político em G.H.Mead e Harold Laswell. “Não poderia ser mais clara e ousada a afirmação de que é imprescindível mudar inteiramente o modo de ser “deles”, não modernos, fazendo-os mais próximos do nós, modernos e norte-americanos. Esse é o programa da teoria da modernização, que, como dissemos, deixa o terreno dos economistas para ingressar, com apoio entusiástico deles mesmos, economistas, no campo das ciências sociais (a política, a sociologia, a antropologia, a psicologia social)”.

Hoje já se tem mais clareza dos desdobramentos da Guerra Fria e dos esforços dos EUA para estabelecerem sua hegemonia, não apenas geopolítica, econômica e militar, mas também de controle e mapeamento das reservas de matérias primas indispensáveis ao vôo da águia. O que é também muito rico no trabalho já citado de

⁴ Hirschman, apud Moraes, p.35

⁵ “A Economia do desenvolvimento nos ‘ 25 Gloriosos’ do pós-guerra”. In: Reginaldo Moraes (2006), *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo:UNESP, p.35-97. Cf ainda. Marcos Costa Lima (2007) “Desenvolvimento e Globalização na Periferia: o Elo Perdido” in: **Perspectivas. Revista de Ciências Sociais**, v.32,jul-ag, p.15-46

⁶ Moraes Reginaldo, op.cit, p.97

Moraes é a comprovada mudança de humor, mas mais do que isso, de estratégia dos governantes, líderes e *think tanks* na virada dos anos 1960 para os anos 1970, o que fica patente entre o otimismo de um Rostow, de um A.Lewis para o pessimismo autoritário de um Huntington. O processo democrático, tão exaltado como condição para a mudança dos periféricos, entre os teóricos nos anos 60, passa a ser considerada nos anos 1970, como perigoso, como ameaça.

Como afirmou Octavio Rodriguez⁷ em outra chave, desde a crise de 1982 que a discussão econômico-social latino-americana foi dominada pelo curto prazo.

Brechas Tecnológicas

Tratando da condição periférica nos últimos vinte anos, que assiste uma revolução tecnológica e um forte e concomitante processo de globalização, fiz uma reflexão sobre a obra de Celso Furtado, fundamental em qualquer discussão sobre as teorias do desenvolvimento, dando ênfase à questão tecnológica⁸.

Tratando do fenômeno da globalização dos mercados, nosso economista admite que a tendência é que esta se imponha sobre todo o mundo, e lança o conceito de “*imperativo tecnológico*”⁹. Na história do capitalismo, prevalecera a concentração geográfica das atividades industriais nos países centrais e uma repartição de renda mais igualitária nestes países, seja porque a ação dos trabalhadores organizados e a as suas lutas redundaram em aumento dos salários reais, exigindo de seus governos políticas protecionistas para a defesa dos mercados internos, seja porque estes países não sofreram o processo colonial. O dinamismo da economia capitalista, assim, provinha da interação de dois fatores: a **inovação técnica**, que se traduz pelo aumento da produtividade e que em seu desenrolar opera pela redução da procura por mão-de-obra e a **expansão do mercado**, que crescia com o aumento da massa salarial.

Tratando do fenômeno da globalização dos mercados, Celso Furtado admite que a tendência é que se imponha sobre todo o mundo.

É importante assinalar aqui a concepção inerente ao pensamento de Celso Furtado, segundo a qual o desenvolvimento de uma sociedade não é alheio à sua estrutura social e mais ainda, que o aumento da eficácia do sistema, em geral apresentado

⁷ Rodríguez, Octavio (2007) “La agenda del Desarrollo (elementos para Dicusión)”. In: Gregorio Vidal e Arturo Gullén R. (coord): *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. Buenos Aires FLACSO, 439-467

⁸ Costa Lima, Marcos (2008), “Revisitando a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado”. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, p.113-128.

⁹ Furtado, Celso (1998), op.cit,p.28.

como o principal indicador do desenvolvimento por economistas conservadores, “não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como conseqüência da introdução de técnicas mais sofisticadas”.¹⁰ Ou seja, não basta o avanço técnico e que o mesmo seja apropriado apenas por alguns grupos sociais. Trata-se então de introduzir a questão da qualidade do desenvolvimento, de como o esforço de inovação e de produção tecnológica irá beneficiar o maior número possível de pessoas e não gerar ou reforçar uma estrutura de privilégios.

A Questão do Estado

Octávio Rodrigues¹¹, que é um dos mais consistentes teóricos da primeira CEPAL, em artigo de grande densidade teórica, afirma que Prebisch em sua última obra, ao enfatizar a importância do mercado, destaca também a sua falta de horizonte social (equidade) e de horizonte temporal. Para Rodrigues, o enfoque estruturalista supõe que o mercado carece de condições para realizar sozinho, a superação da heterogeneidade provocada pelo avanço científico e tecnológico que gera seja o problema ocupacional seja o problema da dependência tecnológica. Portanto, deste ponto de vista, a questão do Estado ganha relevo especial. Seria o Estado o responsável pelo desenho e consecução dos objetivos a um só tempo econômico e social. “Este tema chave, se encontra ligado a outros dois: as relações sóciopolíticas que lhe servem de base de sustentação e as relações geopolíticas nas quais se vê imerso”. Com a globalização, o estado periférico tem reduzido suas margens de manobra e é constringido a praticar políticas macroeconômicas de curto prazo e se ater a posturas minimalistas.

O Modelo neoEstruturalista

Na concepção dos formuladores da abordagem neo-estruturalista, duas críticas principais são feitas ao estruturalismo: a primeira é que havia pouca preocupação com a condução e o manejo das variáveis macroeconômicas de curto prazo, em relação aos déficits fiscais, à liquidez monetária e à regulação da balança de pagamentos, que ocupavam papel secundário no pensamento estruturalista, sobretudo porque a médio e longo prazo

¹⁰ Furtado Celso (2000), *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque histórico-estrutural* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª edição revista pelo autor.,p.22

¹¹ Rodriguez, Octavio, op.cit.463-464

e, após a 2ª Guerra Mundial, estas economias cresciam bem mais que as economias do Primeiro Mundo. A segunda crítica, e decorrente da primeira, apontava a pouca reflexão articulando as políticas de médio prazo, relacionando o curto prazo com os objetivos nacionais.

Não se teria feito adequadamente uma avaliação dos determinantes dos investimentos. A excessiva preocupação com a política de substituição de importações fazia com que temas decisivos como a regulação do comércio exterior; a definição dos objetivos e regulação das empresas públicas; a organização do sistema financeiro; a regulação dos investimentos estrangeiros ocupasse um papel secundário no pensamento estruturalista. Do ponto de vista mais operacional esta escola acreditava que os equilíbrios macroeconômicos básicos são necessários, mas não suficientes, para o desenvolvimento. O papel do Estado é decisivo e sua atuação deve ser seletiva, através de uma política econômica que articule o setor público com o setor privado, apoiando estruturas produtivas que estejam vinculadas a uma política nacional, como por exemplo, de empresas precursoras, que introduzem novos produtos, abrem novos mercados externos. Fernando Fajnzylber¹², o mais entusiasta dos cepalinos com relação à importância da transformação produtiva e da incorporação tecnológica na América Latina, apontava como um dos principais problemas da região ao longo dos anos 80 o fato de que *“En la América latina de los ochenta, el servicio de la deuda há inducido un cambio en la estructura productiva, orientado a generar superávit comercial, lo que no implica necesariamente elevar la competitividad”*.

Oswaldo Sunkel¹³, também um neoestruturalista, afirmava que o grande objetivo que se colocaram os governos e as sociedades da América Latina após 2ª Guerra Mundial, bem como as demais regiões subdesenvolvidas do mundo, foi a superação de sua condição de subdesenvolvimento. Para isto, estes estados se concentraram prioritariamente nos setores produtivos mais atrasados, como indústria de bens de capital, transportes, comunicações e energia. O sucesso destas políticas entre os anos 1950 e 1970 vieram a constituir o que uma literatura crítica chamou de “modernização conservadora”, que alterou a estrutura campo-cidade, dotou alguns destes países de uma estrutura urbana e industrial, mas não foi capaz de reduzir a condição de precariedade no bem estar da maioria da população trabalhadora. Mesmo assim, este processo de crescimento se esgotou no início dos anos 1970, seja por que se

¹² Fajnzylber, F.(1987) “Las economias neindustriales en el sistema centro-periferia de los ochenta”. *Pensamiento IberoAmericano*_nº11 enero-julio, Madrid:ICI

¹³ Sunkel, Oswaldo (2007), “Em busca del desarrollo perdido”. In: Gregorio Vidal e Arturo Guillén R.(coord.): *Repensar la teoria del desarrollo em um contexto de globalización.Homenajea Celso Furtado*. Buenos Aires:FLACSO, pp.469- 488

mantiveram os desequilíbrios econômicos, causados pelo endividamento externo, pelas pressões políticas internas, agravadas pelo choque energético do petróleo.

Digamos que aí se esgotou o padrão ou o ciclo estatista, e se inicia uma outra fase onde uma ideologia fortemente liberal indicava que a raiz do subdesenvolvimento estava na falta de eficiência e nos gastos excessivos e improdutivos do estado. Este é um período fortemente marcado por mudanças radicais na economia internacional, seja no setor da produção, com os novos avanços tecnológicos que irão afetar o padrão da mão-de-obra, seja de uma reconfiguração do papel do estado, que passa a ser minimizado, substituído por uma ênfase dogmática nas relações de mercado. A tendência anterior que tinha por objetivo central o desenvolvimento econômico de longo prazo foi substituída por uma preocupação prioritária com relação à estabilidade monetária e financeira. As novas palavras de ordem da economia passam a ser o ajuste macroeconômico de curto prazo, a abertura externa, a liberalização e a desregulação dos mercados, além da privatização das empresas e dos serviços públicos, com uma correspondente redução do papel do estado na economia, que de agora em diante deveria se limitar às suas funções “regalianas”, como a defesa do território, a segurança interna e a previdência, sendo que mesmo este último aspecto será posteriormente excluído das ações de estado.

Hoje, são mais que evidentes os efeitos nefastos desta nova ideologia, que reduziu o crescimento dos países em desenvolvimento, aprofundou as desigualdades sociais e ampliou a concentração de renda e do produto nacional destes países.

Com o fracasso da União Soviética as medidas neoliberais ganham terreno e, como disse Oswaldo Sunkel¹⁴, “[...] se supunha que a sustentabilidade do desenvolvimento estava plenamente assegurada em virtude do supostamente reconhecido potencial de crescimento da economia capitalista globalizada e de implantação do regime democrático”.

Sabemos que Sunkel defende a tese do neo-estruturalismo, ou seja, recuperar a política como ação pública inovadora que seja capaz de estabelecer um novo equilíbrio, capaz de complementar o Estado e o Mercado no contexto da presente globalização. E esta reflexão de Sunkel não obscurecia a dimensão das contradições envolvidas no processo. Ele chega a afirmar que estávamos em presença de um processo massivo e deliberado de desmantelamento do sistema de solidariedade e proteção social pública criado durante as décadas do pós-guerra do amplo setor público, fruto da ação do estado de bem estar: “esta es la estructura social que há entrado em crise com el desmantelamiento y retroceso del estado y las reformas

¹⁴ Sunkel, op.cit,p.474

neoliberais [...]:todo se mercantiliza, y los espacios e intereses públicos desaparecen o se debilitan¹⁵”

Diante de tal diagnóstico, se pergunta, o que fazer? Suas propostas são interessantes e matizadas e estabelecem uma concepção *sócio-cêntrica do desenvolvimento*, que quer dizer: i) recuperar uma visão crítica e de longo prazo; ii) estabelecer como eixo fundamental o papel do estado, que assuma a responsabilidade de contribuir para a definição de uma estratégia nacional de médio e longo prazo, caracterizando o aprofundamento democrático e a superação da pobreza e da desigualdade, além de um esforço deliberado de desenvolvimento e diversificação produtiva e exportadora; iii) centrar na cidadania, ou seja, na criação de uma *institucionalidade participativa*, que seria efetivada através da descentralização, da regionalização, da iniciativa local, o que exigiria como contrapartida uma profunda mudança cultural.

Uma observação bastante pertinente de Sunkel é ter percebido a mudança no entendimento do conceito de desenvolvimento através da segunda metade do século XX. As próprias transformações vividas pelo capitalismo e seus efeitos perversos em termos sociais, produziu como contrapartida uma sociedade civil que foi adquirindo novas formas de articulação e de ação, a exemplo dos movimentos camponeses, de favelados, étnicos, ambientalistas, de gênero, de jovens, de consumidores, de direitos humanos, justamente entre segmentos tradicionalmente marginalizados, ou de classe média, que passaram a construir pautas mais abrangentes de reivindicação, caracterizando novos atores sociais não tradicionais. Dentre as reivindicações, temas relacionados à solidariedade, participação, associativismo, com reclamos de um desenvolvimento que não se limite apenas ao crescimento econômico, que não responde a estas novas expectativas.

Existe um modelo Asiático ?

O que podemos aprender da experiência sobre o desenvolvimento na Ásia, durante o 2º período do século XX¹⁶ ?

A literatura e o debate da experiência sobre o desenvolvimento na Ásia, desde 1950, estão caracterizados por contrastes marcantes, percepções diferentes e riscos

¹⁵ Sunkel, idem,p.479 e 481

¹⁶ Costa Lima, Marcos e Suranjit Kumar Saha (2006)“O desenvolvimento asiático pós-década de 80.in: Elementos para a construção de uma cooperação Brasil-Índia. Inovação Tecnológica e Comércio internacional. Rumo a uma estratégia de desenvolvimento para superar os efeitos assimétricos da globalização. In:Carta Internacional, v.1, nº1, março, NUPRI-USP.

generalizados. Os contrastes estão entre as histórias de sucesso, os modelos padrões, por um lado o Japão e a *gangue dos quatro* – Coréia, Taiwan, Hong Kong e Singapura, seguidos por Tailândia, Malásia e Indonésia e, por outro lado, os retardatários persistentes (Sul da Ásia e Indochina), até a crise japonesa no final dos anos oitenta. A China dará prosseguimento a este movimento convergente da Ásia.

Até o final dos anos 40, muitos países asiáticos foram colonizados com cenários políticos similares. Na era pós-colonial, os sistemas políticos experimentaram um forte contraste: capitalismo e socialismo ou democracia e ditadura.

Na era pós-colonial que começa no pós-guerra, muitos países subdesenvolvidos adotaram estratégias de desenvolvimento que refletiam um duro contraste com seus passados, durante a primeira metade do século XX. Para uns, existia uma tentativa consciente de limitar o grau de abertura e de integração com a economia mundial, com vistas a um desenvolvimento mais autônomo. Para outros, foi designado ao estado um papel estratégico no desenvolvimento porque o mercado não era capaz de alcançar os anseios daqueles em atraso com a industrialização. Ambos representavam pontos de partida da era colonial, que era caracterizada por economias abertas e mercados livres.

Nos anos 50, essas tentativas também representaram um consenso no pensamento sobre desenvolvimento, ou sobre as estratégias mais apropriadas para a industrialização. Existiam algumas divergências, mas um consenso prevaleceu. No começo dos anos 90, quarenta anos mais tarde, conceitos sobre desenvolvimento surgiram em pólos opostos. Muitos países do mundo desenvolvido, bem como do antigo bloco socialista, começaram a reformular suas políticas econômicas domésticas na direção de uma maior integração com a economia mundial e para aumentar o papel do mercado, vis-à-vis o estado. Isto se deu em parte como decorrência das situações de crises internas na economia, na política e na sociedade. Os anos 90 foram os anos do Consenso de Washington, altamente propagado pelos EUA, pelo FMI e Banco Mundial. A crise financeira da Ásia em 1997 veio abalar a comunidade internacional e colocar em cheque a chamada *Nova Economia*.

Segundo Deepak Nayar¹⁷, de três questões fundamentais, duas delas os países em desenvolvimento devem aprender:

- É imprescindível criar as condições iniciais para a indução do desenvolvimento:
 - a) criar uma infra-estrutura física, através de investimentos públicos, tais como

¹⁷ DEEPAK Nayyar (2000), “O que podemos aprender com a experiência asiática de desenvolvimento”. in: *Celso Furtado a Sudene e o futuro do Nordeste*. Seminário Internacional. Homenagem aos 80 anos de Celso Furtado. Recife: Sudene. pp.121-132.

energia, transporte e comunicações, os quais reduzem os custos de absorção utilizados pelo setor privado e cria uma demanda para mercadorias e serviços produzidos pelo setor privado; b) desenvolver recursos humanos, através da educação; c) facilitar as mudanças institucionais, através da reforma agrária.

Na Ásia, dentre os acontecimentos e as histórias de sucesso, nós listamos a reforma agrária, a expansão da educação e um papel ativo do estado.

Ainda segundo Nayar¹⁸ duas coisas os países em desenvolvimento não podem aceitar, a saber, a abertura econômica sem regras e o predomínio do mercado. Para ele o investimento estrangeiro não pode ser entendido como a tábua de salvação destes países, é um complemento e não um substituto para os investimentos domésticos. Uma abertura bem sucedida deve estar em conformidade com o desenvolvimento nacional e seus objetivos e não ditada de fora. Um processo de integração rápido ao mercado financeiro aumentaria a vulnerabilidade dos países periféricos. Os processos de abertura comercial devem ser pensados de forma qualificada e alterados segundo o interesse dos países mais frágeis; ela deve ser seletiva e seqüenciada. Os mercados precisam ser regulados, orientados, precisam de definições funcionais, institucionais e estratégicas, capazes de garantir autonomia na formulação de políticas em favor do desenvolvimento e que tenha em primeiro plano os avanços sociais para a maioria da população.

“ Os ensinamentos da Ásia são bem claros e são exatamente o oposto do que apregoa a agenda neoliberal. [...] É possível discernir três tipos de papéis para o estado, a partir da experiência asiática. Primeiro, uma intervenção funcional do Estado, capaz de **corrigir** as falhas do mercado, e essa é a forma mais simples. Segundo, uma intervenção institucional do estado, que procure **regular** o mercado [...] Terceiro, uma intervenção estratégica do estado, que procure **guiar** o mercado. E a utilização estratégica de taxas de cambio, a utilização estratégica de taxas de juros, ou mesmo a proibição de certos investidores estrangeiros, são todos exemplos de como a Ásia utiliza formas estratégicas de intervenção estatal para fomentar a industrialização¹⁹”.

Num mundo de sociedades desiguais, não surpreende que as regras, ditadas por Bretton Woods os Washington, sejam assimétricas e injustas em termos de resultados. Os fortes e poderosos têm o direito de estabelecer e invocar as regras e isso vale tanto para a OMC quanto para o FMI e Banco Mundial. Há muito os intelectuais

¹⁸ DEEPAK Nayar, op.cit, p.125

¹⁹ Deepak Nayar, op.cit, p.127

críticos vêm falando sobre a necessidade de reformulação e de construção de uma nova arquitetura financeira internacional.

As estratégias de desenvolvimento requerem integração político-social, requerem a criação de instituições mediadoras entre o desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de reduzir as exclusões.

As mudanças no contexto internacional atribuídas à globalização, têm implicações importantes nas estratégias de desenvolvimento. A globalização é veiculada como uma necessidade, mas necessidade não é virtude. “O grau de abertura e a natureza da intervenção do estado são escolhas estratégicas em favor do desenvolvimento, os quais não podem ser definidos e não deveriam ser recomendados, independentemente de tempo e espaço, pois dependem do estágio de desenvolvimento, e devem modificar com o passar do tempo. Então, a escolha para os países está entre uma inserção passiva ou uma integração estratégica e seletiva no mundo da economia²⁰”.

Em trabalho recente que escrevi sobre a atual crise mundial²¹, com um razoável número de indicadores estatísticos, faço referência a um livro de Alice Amsden²², de 2001, onde a economista analisa o crescimento dos países periféricos no pós-Guerra, que ela intitula de “resto”, ou países em desenvolvimento, que inclui na Ásia, a China, a Índia, a Indonésia, a Coreia do Sul, a Malásia, Taiwan e Tailândia e, na América do Sul, a Argentina, o Brasil, o Chile e o México., além da Turquia no Oriente Médio. Para a professora do MIT, estes países conquistaram uma experiência manufatureira de produtos industriais simples e de consumo leve e se deslocaram para produtos de mediana tecnologia e mesmo de alta tecnologia. Entendendo que o conhecimento é chave para o desenvolvimento econômico, a autora examina como estes países retardatários alcançaram certo grau de complexidade tecnológica num ambiente no qual o conhecimento era de difícil acesso e constituía uma barreira à entrada às empresas. Para ela, um dos aspectos mais controversos do “resto” foi o papel que jogou o governo. Todos intervieram nos mercados de uma forma deliberada e profunda porque suas economias dispunham de poucos ativos baseados em conhecimento para competir com os preços do mercado mundial, mesmo nas indústrias intensivas em mão-de-obra²³.

²⁰ Deepak Nayar, op.cit, p.131

²¹ Costa Lima (2009), Impactos da presente crise financeira mundial na Cooperação Sul-Sul: Brasil, Mercosul, Índia e China. Trabalho a ser apresentado no Encontro Internacional ABRI-ISA, no Rio de Janeiro entre 22 a 24 de julho de 2009.

²² Amsden, Alice (2001), *The rise of the “rest”*. *Challenges to the West from late-industrializing economies*. Oxford University Press.

²³ Amsden, A. H. (2000), op.cit,p.284

É interessante levar em conta a distinção que faz Amsden²⁴ entre duas tipologias de países que conformam o “Resto”: os *independentes* e os *integracionistas*. Levando-se em consideração que a partir de 2000 estes países passaram a disputar entre si por recursos e participação no mercado mundial, bem como por liderança entre os retardatários; os primeiros seriam aqueles que vinham numa trajetória longa de crescimento baseada na decisão de “produzir” tecnologia, que se tornou sinônimo de construir capacitação nacional e firmas nacionais. Entre estes a China, a Índia, a Coreia e Taiwan. Os segundos, o crescimento de longo prazo tinha por premissa a decisão de “comprar” tecnologia e uma dependência seja nas regras externas de conduta para disciplinar os negócios, seja no *spill over* do investimento externo e na transferência de tecnologias para gerar riqueza. Por certo, os independentes se saíram muito melhor, o que não cabe aqui desenvolver.

No caso indiano, que tratamos aqui mais em detalhe, e como indicamos em outro trabalho²⁵ sobre este país, a taxa a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na Índia acelerou-se desde a década de 1980. Enquanto a média anual de crescimento de 1950 a 1980 foi somente de 3.6%. A partir de 1980, esse número cresceu para 4,8% e logo em seguida às reformas econômicas – após 1991 – com a economia passando por mudanças estruturais como: desregulamentação dos investimentos (internos e externos), liberalização do comércio, taxa de câmbio, taxa de lucro, fluxo de capital e preços, passou a 4,7%. O período pós-reforma também foi de aguda desaceleração nos investimentos públicos devido às restrições fiscais. Para se ter uma idéia, o nível agregado - a média da participação dos investimentos públicos no total dos investimentos - declinou de 45%, no início dos anos 1980, para um terço nos anos 2000.

Como afirma Amit Bhaduri²⁶, “A Índia democrática, logo após a independência deu uma ênfase considerável a um programa de industrialização promovida pelo Estado, mas nunca desenvolveu um mecanismo para buscar uma sociedade de pleno-emprego com acesso a um sistema básico de saúde, educação e seguridade social para todos.(...) A Índia deu aos seus cidadãos direitos políticos, mas não direitos econômicos de uma vida decente, com ou sem liberalização econômica”.

²⁴ Amsden, A. H. (2000), op,cit,p.281

²⁵ Costa Lima, Marcos e Silva, Renan Cabral (2009), *Os limites e as possibilidades da inclusão digital em países periféricos*. Paper a ser apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 28 a 31 de julho no Rio de Janeiro.

²⁶ Bhaduri, Amit (2008), *Desenvolvimento como dignidade. A busca do pleno emprego*. Brasília: Thesaurus Editora, p.52.

A seguir, como conclusão desta reflexão, introduzimos um breve panorama do que representou a experiência de desenvolvimento de Kerala, o estado indiano que tem se destacado por apresentar os melhores indicadores sociais do país, justamente por ter iniciado reformas que vão em direção outra que aquela indicada pelos economistas do *mainstream*.

O Modelo de Kerala

O estado de Kerala, no extremo sudeste da Índia, vem apresentando, desde 1951, os melhores indicadores econômicos do país. Não terei espaço aqui para detalhar a presente situação de Kerala, mas vou endereçá-los ao excelente livro organizado por Govinda Parayil, que tenta construir toda uma argumentação em torno do “modelo” ou da “experiência” Kerala.



O estado moderno em Kerala foi criado em 1956 e em 1957 ocorreram eleições para a primeira Assembléia Legislativa. O Partido Comunista da Índia foi escolhido para governar o estado e entre suas principais prioridades estavam, a reforma agrária, a saúde, a educação e o fortalecimento do sistema de distribuição de alimentos e outros bens essenciais, além da descentralização do poder ao nível dos *panchayats*, que são as menores instâncias de poder, os vilarejos, que deram lugar a políticas de governo local com intensa participação popular.

Com políticas diferenciadas e com forte apelo à participação popular, o PC conseguiu reverter graves indicadores sociais de saúde e educação, tornando-se desta feita um modelo muito comentado e analisado por todos aqueles que estudam o problema do desenvolvimento. Ramachandran²⁷ é taxativo quando diz que o Partido Comunista, as organizações dos trabalhadores, camponeses, trabalhadores agrícolas, estudantes, professores, jovens e mulheres organizadas, foram as principais lideranças do movimento político de massas em Kerala, desde os anos 1930 e foram também os principais agentes da politização das massas no Estado.

²⁷ Ramachandran, V.K. (2000), “Kerala’s development achievements and their replicability”. In: Parayil, Govindan (Ed.) (2000), *Kerala. The Development Experience. Reflexions on sustainability and replicability*. London: Zed Books, p.88-115.

O predomínio político do Partido Comunista não foi contínuo, pois foi obstruído pelo governo central em 1958, retornou democraticamente em 1967, depois em 1978, novamente no período 1987-1991 e também no período 1996-2002, este último conhecido como o *novo modelo* Kerala. De todo modo, seja a reforma agrária e os demais sucessos obtidos no início de 1956 não foram desfeitos pelos outros governos, dado o nível de aderência popular das medidas²⁸.

Para se ter uma idéia, tomando-se os dados de alfabetização para pessoas com idade de sete anos e acima, em 1997, enquanto esta faixa populacional em toda Índia era 50%, em Kerala atingia 90%. Se no meio rural da Índia 68% da população masculina era alfabetizada, em Kerala o mesmo indicador alcançava 96%. Com relação à expectativa de vida, para 1992, enquanto a população feminina atingia 59,4 anos de vida, em Kerala as mulheres chegavam aos 74,4 anos de idade²⁹.

O economista do desenvolvimento indiano, Govindan Parayil³⁰ vem consolidando toda uma reflexão crítica ao modelo econômico orientado pelos liberais e pelos neo-clássicos, ao defender um modelo alternativo, baseado na justiça social, na presença ativa das populações nas definições sobre os investimentos públicos, com forte direção para as políticas sociais, apresenta evidências de que as novas economias industrializadas da Ásia do Leste e do Sudeste, baseadas em grande afluxo de capital internacional, sempre terminam em grandes crises, como aquela de 1997, que deixou a população destas regiões no desemprego e sem alternativa por longos períodos após as crises no centro do sistema. O modelo de desenvolvimento implantado em Kerala, por seus excelentes resultados em termos de bem estar generalizado para a maioria da população, e analisado em detalhe por Parayil, é reafirmado por Amartya Sen, que reforçou o contra-argumento de Parayil, a propósito de um dos pilares do liberalismo, ou seja, de que só há modernização se há crescimento econômico correspondente: “Apesar do fato de o crescimento econômico de Kerala ter sido lento(...) o estado alcançou tremendos resultados em importantes áreas como alfabetização, expectativa de vida e taxas de mortalidade. O governo indiano deveria tentar emular a experiência de Kerala³¹”.

²⁸ Parameswaran, M.P. (2000), “ What Does the Kerala Model Signify ? Towards a possible ‘*Fourth World*’ ”. in: *Kerala. The Development Experience. Reflexions on sustainability and replicability*. London: Zed Books

²⁹ Ramachandran, V.K., op.cit, p.106-107

³⁰ Parayil, Govindan (Ed.)(2000), *Kerala. The Development Experience. Reflexions on sustainability and replicability*. London: Zed Books

³¹ Sen, Amartya (1997), “Radical needs and moderate reforms” in: Jean Drèze e Amartya Sen(eds.)*Indian Development: electd regional perspectives*. New Delhi: Oxford University Press. Cf. ainda Jean Drèze e Amartya Sen(eds.) (1996), *India: Economic Development and social opportunity*. New Delhi: Oxford University Press.

No livro de Parayil³², uma passagem de Sen é significativa, pois ao comparar os níveis de alfabetização, expectativa de vida e mortalidade infantil entre a Índia e a China, o prêmio Nobel diz que estes são muito adversos à Índia, mas se comparados a Kerala, o estado indiano se sai muito melhor que a China.

No entendimento de Parayil, os modelos convencionais de desenvolvimento, legitimados através de medidas de crescimento do tipo PIB per capita, falham na tentativa de dar conta do desenvolvimento social. “ A experiência de Kerala é aquela onde medidas de sustentabilidade devem ser pensadas não apenas em indicadores quantitativos (...) Kerala por sua parte tem demonstrado que a qualidade de vida dos cidadãos comuns pode ser radicalmente melhorada na ausência de altas taxas de crescimento econômico e sem excessivo consumo de energia e de outros recursos naturais. O que está demonstrado é que o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente para um desenvolvimento genuíno³³”.

Há uma série de aspectos que não terei condições de aqui explicitar, mas que ao menos uma deve ser resumida, pela importância que teve no sucesso do *modelo Kerala*. Trata-se do KSSP, tido como a mais importante “driving force” das reformas, o Kerala Sastra Sahhiya Parisah, também conhecido como o “People’s Science Movement of Kerala”, ganhador do Prêmio Nobel Alternativo de 1996, uma ONG que congregou cientistas, intelectuais, estudantes, criada em 1968 para difundir o pensamento racional e os métodos científicos para o povo. O KSSP estabeleceu três grandes campanhas de massa que revolucionaram o estado de Kerala. A primeira partiu da educação e teve início com 50.000 voluntários, para ensinar a população iletrada a ler e escrever. Tendo começado por projetos pilotos, em pouco tempo o estado de Kerala alfabetizou quase toda a sua população, que na época tinha 30 milhões de habitantes. A segunda campanha foi de reforçar a política de reforma agrária, realizada nos anos 57, estimulando os camponeses a trabalharem em cooperação. A terceira campanha foi aquela de estabelecer com as comunidades, os chamados “mapas de recursos”, o que permitia às populações rurais ou urbanas de se conscientizarem dos recursos existentes em seus ambientes, reforçando a idéia dos governos locais. Em 1996, com nova vitória do PC, o KSSP percebeu a possibilidade de aprofundar a sua atuação, agora articulado à frente de esquerda no governo. Lançaram então um amplo programa para aprofundar a participação popular no nível

³² Parayil, Govindan (2000), “ Introduction: Is Kerala’s development experience a’Model’ ? in: Parayil, Govindan (Ed.)(2000), *Kerala. The Development Experience. Reflexions on sustainability and replicability*. London: Zed Books,p.1-15.

³³ Parayil, Govindan, op.cit pp.6-7 Para o autor, ao comentar os países “export-led” do Leste e |Sudeste da Ásia chama a atenção do alto custo de deterioração ambiental destes modelos.

das aldeias. Foi quando em torno de 35 a 40% do Orçamento do Estado passaram a ser decididos pelas assembleias locais, após a elaboração dos projetos pela própria população, orientada por administradores locais e consultores de ONG's, como a KSSP . Remeto aqui o leitor para dois textos que detalham a experiência³⁴.

O modelo Kerala ou a *Experiência de Desenvolvimento de Kerala*, nas suas diversas nuances, representa de fato uma experiência de sucesso que tem sido estudada em vários centros acadêmicos mundiais, mesmo que contenha ainda muitos problemas, sobretudo relacionado ao baixo nível de industrialização e quais alternativas optar, sem ferir os impressionantes resultados sociais. Sendo uma experiência em processo³⁵, contudo, como afirmou René Verón³⁶, o *modelo Kerala* “perseguiu objetivos de um desenvolvimento produtivo, com melhorias sociais e sustentabilidade ambiental, representando assim, uma séria tentativa de tornar o desenvolvimento sustentável”. Ou ainda segundo formulou outro analista desta experiência: “a cooperação entre cidadãos por si só não fornece garantias de progresso em uma sociedade civil que é forte, mas fragmentada, pelo *comercialismo*, pela privatização”. Em muitos aspectos, diz ele, “é preciso mais política, não menos, ela é necessária para fortalecer a coordenação democrática dos vários esforços de desenvolvimento, do estado, do governo local e da cidadania”³⁷.

Parayil é otimista no sentido do povo malaio dar sustentação ao que construíram até aqui. Não há idealização do processo. As comunidades locais souberam suplementar os investimentos públicos com 10% do valor total, sob a forma de trabalho voluntário e doações. Mecanismos foram postos em prática para evitar a corrupção e ampliou-se o nível de monitoramento e do controle governamental em áreas as mais diversas. O processo de *learning by doing* foi uma realidade. Hoje esta grande população beneficiado tem maior senso de realidade política, pois perceberam os diversos enfrentamentos com os grupos que pretenderam esvaziar o projeto, por perderem suas benesses. Segundo Parayil, a Campanha do Povo para o IX Plano, constitui uma alternativa experimental gigantesca, pois oferece democracia ao invés de dominação, *empoderamento* popular em lugar de submissão, ambiente e comunidade em lugar do

³⁴ Törnquist, Olle (2000), “The new popular politics of development Kerala’s experience”.in: Govindan (Ed.)(2000), *Kerala. The Development Experience. Reflexions on sustainability and replicability*. London: Zed Books,p.116-138. Ou ainda: Parameswaran, M.P. (2000), op.cit. p. 230-248.

³⁵ Törnquist, Olle (2000), op.cit.p.131

³⁶ Verón, René (2000), “Sustainability and the ‘New’ Kerala Model”. In: Govindan (Ed.)(2000), *Kerala. The Development Experience. Reflexions on sustainability and replicability*. London: Zed Books, p.116-138. Ou ainda: Parameswaran, M.P. (2000), op.cit. p. 220

³⁷ Törnquist, Olle (2000), op.cit.p.138.

lucro e ação em lugar de passividade. A lição os leva na direção de um futuro sustentável.